

O BULLYING E A ESCOLA: ECOS DE VIOLÊNCIA?

Thatiane Milena Costa ¹
Karynna Magalhães Barros da Nobrega ²

RESUMO

O termo *bullying* tem sido usado de forma cada vez mais abrangente e habitual, ganhando destaque nas mídias como referência à interpretação de atuações violentas que se passam no ambiente escolar. Com isso, percebemos que a violência pode se tornar uma face do mal-estar na escola por meio do *bullying*, contudo, ainda assim entendemos que é uma forma de fazer laço com o outro. Diante disso, realizamos uma pesquisa bibliográfica de orientação psicanalítica e nos propomos a investigar a relação entre o *bullying* e o laço social no contexto escolar, destacando as contribuições da psicanálise para interpretar esse fenômeno. Dessa forma, identificamos a lógica triangular na prática do *bullying*, a saber: o agressor, a vítima e o espectador. Além disso, observamos os elementos presentes na relação entre eles que permitem que essa prática violenta aconteça. A discussão sobre esse modo de laço social está tecida por vários discursos, o discurso educacional, político, jurídico e psicológico. Por meio deste trabalho constatamos a necessidade da criação de espaços de fala nas escolas, para que a palavra possa circular entre os alunos e os que fazem parte desse espaço, e ele não se torne palco de silenciamento do sofrimento, seja por meio da medicalização, das práticas de diagnóstico, segregação e como efeito, um desencadeador de práticas de violência por meio do *bullying*.

Palavras-chave: Laço social, *Bullying*, Escola, Vítima, Agressor.

INTRODUÇÃO

Entendemos que quando a diferença do outro se torna uma possível ameaça, a violência pode se tornar uma forma de defesa e um dos nomes do mal-estar na escola por meio do *bullying*. Esse fenômeno é entendido como intimidação sistemática, quando há violência física ou psicológica em atos de humilhação e compreende “...todas as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro, deixando a vítima sem defesa.” (Couto, 2018).

Essa forma de violência é exercida contra aqueles que portam algum signo da falta, da diferença, da estranheza, provocando o ódio, insultos e a zombaria. Além disso, o ato de agredir o outro pode surgir diante do impossível de dizer e de nomear. Inferimos que o *bullying* está associado à falta de acolhimento da diferença, quando não se dá voz ao estranho no outro e em si próprio (Campos & Soares, 2018).

¹ Graduada pelo curso Curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, thatianemilena@gmail.com;

² Doutora pelo Curso de Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco – Unicap, karynna.magalhaes@professor.ufcg.edu.br;

Nos grupos em que o *bullying* se apresenta, identificamos três atores que fazem parte dessa prática: aquele que o pratica, a vítima e o espectador. Na relação entre eles, existem alguns elementos que permitem que o *bullying* aconteça, por exemplo, a legitimação por parte dos espectadores, o exercício de poder do agressor para com a vítima, e a renúncia da vítima da luta com o agressor a fim de satisfazer o desejo do outro. Com isso, estão em jogo três modos de gozo³, a saber: o gozo da vítima, do agressor e do espectador.

Frente a esse mal-estar presente no contexto escolar, outros campos do saber, além do pedagógico, mostram-se atentos a esse sintoma e têm tentado propor respostas e possíveis soluções. O discurso médico por exemplo, através dos diagnósticos e o discurso jurídico, através de políticas de criminalização. Esses discursos partem da lógica de que é possível silenciar e eliminar o mal-estar e o conflito, por meio da medicalização e punição.

Inseridos no contexto escolar, o discurso jurídico e médico visando dar um tratamento ao sofrimento, tem se apropriado do espaço da escola com intuito de dar um destino ou trazer alguma resolutividade à questão do *bullying*. No entanto, nos questionamos se os diagnósticos e as punições fazem com que o sujeito permaneça silenciado, invisibilizado e oculto por trás da categoria que o absorve, além de fazer com que haja uma abertura, cada vez menor para o exercício da alteridade e da circulação da palavra dos sujeitos envolvidos.

Especificamente no Brasil tivemos três casos que foram bastante divulgados pelas mídias: o massacre em uma Escola Municipal do Rio de Janeiro no bairro de Realengo, a tragédia em um colégio particular, Goyases, em Goiânia e o massacre na Escola Estadual Raul Brasil localizada em Suzano- SP.

No primeiro caso, em 7 de abril de 2011, um ex-aluno da escola Municipal Tasso da Silveira entrou na escola portando dois revólveres, matou doze alunos e depois atirou na própria cabeça. O ex-aluno deixou uma carta dizendo que sofria *bullying* no período em que estudou na escola e descreveu algumas situações vivenciadas por ele.

Já no segundo caso, em 20 de outubro de 2017, um aluno do colégio particular Goyases, tirou uma arma da mochila durante o intervalo, matou dois alunos e deixou outros quatro feridos. Após o acontecimento, os colegas desse aluno relataram que ele sofria *bullying* constantemente na escola. Em resposta a isso, cometeu esse ato. No último caso, em 13 de

³ A necessidade humana passa pelo circuito da linguagem deixando um resto, algo que se fixa, não é assimilado a linguagem e produz uma satisfação pulsional, que insiste em ser buscado novamente. “Lacan estabelece então uma distinção essencial entre o prazer e o gozo, residindo este na tentativa permanente de ultrapassar os limites do princípio de prazer. Esse movimento, ligado à busca da coisa perdida que falta no lugar do Outro, é causa de sofrimento; mas tal sofrimento nunca erradica por completo a busca do gozo.” (Roudinesco & Plon, 1998)

março de 2019, um adolescente e um jovem foram até a escola Estadual Raul Brasil e mataram sete pessoas, logo em seguida o adolescente matou o amigo e depois se matou. O adolescente sofria *bullying* por ter espinhas no rosto e abandonou a escola antes mesmo de terminar os estudos.

Nos três casos, o *bullying* estava entre os fatores que levaram esses jovens a cometerem tais atos. De forma cada vez mais frequente, temos assistido a presença do *bullying* nas escolas associados a expressão de ódio e formas de atuação. Recentemente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), que foi realizada com adolescentes escolares no período de 2009 a 2019. A pesquisa indicou que 23% dos escolares afirmaram que se sentiram humilhados por provocações dos colegas nos trinta dias anteriores à pesquisa.

A PeNSE também resgata a Pesquisa Nacional de Ensino e Aprendizagem, cujos dados foram divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, em 2019, que afirma ser o ambiente escolar brasileiro duas vezes mais suscetível ao *bullying* do que a média geral das instituições de ensino em 48 países que a pesquisa analisou. Esses dados revelam a necessidade e a urgência no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a questão do *bullying* nas escolas brasileiras, a importância da presença e intervenção do psicólogo no contexto escolar, bem como a tessitura e estratégias de rede de cuidado na própria família e entre os amigos, a fim de dar um outro destino a agressividade, como por exemplo por meio da prática dos esportes, da criação de espaços de fala, de criação de uma responsabilidade compartilhada entre os amigos.

Já que a ideia de eliminar a violência e aboli-la é ilusória, pode ser dado um outro destino pela via da sublimação da arte, do esporte e da fala. Com Freud aprendemos que a pulsão⁴ busca sempre a satisfação e a pulsão agressiva faz parte do falante e remete ao triunfo da pulsão de morte em detrimento a pulsão de vida.

A importância de pensar e construir saídas para enfrentar o *bullying* nas escolas se deve também às possíveis consequências dessa prática no processo de socialização e aprendizagem, tanto das vítimas, quanto dos agressores, uma vez que os alunos passam, com a prática do *bullying*, a concentrar suas forças em encontrar alternativas para escapar do sofrimento. Essa

⁴ “Freud sublinhou em 1933, nas Novas conferências introdutórias sobre psicanálise, que a pulsão de morte não pode “estar ausente de nenhum processo de vida”: ela se confronta permanentemente com Eros, as pulsões de vida, reunião das pulsões sexuais e das pulsões outrora agregadas sob o rótulo de pulsões do eu. “Da ação conjunta e oposta” desses dois grupos de pulsões, pulsões de morte e pulsões de vida, “provêm as manifestações da vida, às quais a morte vem pôr termo.”. (Roudinesco & Plon, 1998)

tentativa de encontrar saídas pode em alguns casos ser frustrada e acabar resultando em uma fatalidade, como foi o caso da jovem Marion de 13 anos, que se suicidou para pôr fim ao *bullying* que sofria⁵.

Sabendo, portanto, que a violência que se manifesta através do *bullying* tem tornado a escola um ambiente de sofrimento para muitos, seja crianças, jovens e adultos, pais e professores e demais funcionários, partimos da questão disparadora: O que o *bullying* ensina sobre a subjetividade da nossa época? Nesse sentido, considerando a frequência com que temos visto as atuações de violência nas escolas relacionadas de algum modo ao *bullying*, a relevância dessa pesquisa se dá por dar visibilidade, lugar e escuta ao sofrimento dos jovens atrelado ao *bullying*, que muitas vezes é silenciado e culmina em uma passagem ao ato como forma de enfrentamento e de defesa. Advertidos de que a escola é um dos lugares onde o sujeito⁶ está se constituindo por meio das relações com o outro, com o corpo e um lugar no campo do social.

Com isso, nos propusemos a investigar a relação *bullying* e laço social, especificamente no contexto escolar, interrogando como o sujeito se defende do *bullying*. Dito isto, esta pesquisa também apresenta-se como relevante em função da compreensão que pode surgir a respeito dos modos de fazer laço do adolescente, servindo de auxílio à elaboração de possíveis saídas para lidar com o *bullying*, tanto no um a um, como estratégias coletivas, juntamente com a escola.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que tem como orientação epistêmica a psicanálise, por meio do pensamento freudiano, lacaniano e de autores contemporâneos. O material explorado foi selecionado de acordo com questões relevantes à pesquisa, que inclui o livro *Bullying, acoso e tiempos violentos: lecturas críticas desde el psicoanálisis de orientación lacaniana* compilado pelo autor Mario Goldenberg (2016), e os textos de orientação psicanalítica sobre o tema.

Apresentamos as diferentes maneiras que a relação entre os atores que fazem parte da dinâmica do *bullying* pode ser estabelecida e os elementos presentes nessa relação que

⁵ Marion foi vítima de *bullying* e *cyberbullying* na escola durante meses a fio, e seus pais nunca desconfiaram. Em fevereiro de 2013 sua mãe, Nora Fraisse, chegou em casa e viu a filha enforcada no quarto ao lado do celular, que também estava simbolicamente enforcado. Marion deixou uma carta em que confrontava os colegas de sala que a intimidaram e até chegaram a ameaçá-la.

⁶ Nos referimos ao sujeito do inconsciente, efeito da linguagem, constitutivamente inserido em uma ordem simbólica que o antecede e é marcado por um impasse.

permitem que ela aconteça. Também foram identificadas características da contemporaneidade que fazem parte do contexto escolar e estão diretamente relacionadas à ocorrência cada vez mais frequente do *bullying* nesse espaço.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de cada caso de *bullying* ser um evento singular, a diferença a ser combatida muitas vezes é estabelecida pela própria escola, quando ela perpetua um sistema de igualdade, que leva a homogeneidade, e de manutenção de padrões morais, que acabam por constituir normas, o que leva à segregação. Assim, a alteridade que regula o laço entre os pares dá lugar ao *bullying*, formação sintomática que implica na abolição da alteridade (Pinho, 2011). Ou seja, o sujeito sente que não pode contar com o Outro.

Dessa forma, a violência recai sobre aqueles que se desviam dos padrões estabelecidos como norma, que são verdadeiros emblemas fálicos. Como alerta Ramírez (2016), esses padrões podem estar associados a descrições psicológicas, o sujeito tímido, silencioso; ao nível acadêmico, o sujeito que se destaca acima da média e também, a talentos e habilidades que geralmente os agressores não tem. Esses talentos e habilidades fazem com que o sujeito se destaque e seja reconhecido pelos professores, o que o torna objeto de ódio e inveja dos agressores (Ramírez, 2016).

O convívio social no ambiente escolar durante a infância, permite que a criança perceba as barreiras que terá que suportar. À medida que ela se frustra e confronta a realidade que impõe limitações a sua onipotência, ela começa a ingressar no ambiente social. O narcisismo primário proposto por Freud (1914) em *Introdução ao Narcisismo* deve, portanto, ser superado para que haja esse ingresso, afinal nessa experiência originária do narcisismo a libido está direcionada ao próprio eu e não há um investimento libidinal em objetos externos. Assim, ao entrar em conflito com ideias morais e culturais, surge um ideal do Eu, para o qual o narcisismo é deslocado, em uma tentativa de resgatar o narcisismo primário que se acha dotado de perfeição e foi perdido.

Aos poucos, a partir da identificação com outras crianças, a experiência que origina o narcisismo é recalçada, assim a imagem daqueles que eram tomados por modelo primeiramente, o pai ou a mãe por exemplo, passam a ocupar um lugar no inconsciente. Essa passagem de um narcisismo autossuficiente à percepção de um mundo exterior variável, como destaca Freud (1921), está relacionada ao começo da busca de outros objetos de satisfação.

Em *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud (1921) aborda o conceito de identificação que é necessário para compreender as forças libidinais que unem membros de um grupo. Esclarece que esse mecanismo de ligação afetiva é ambivalente, podendo “[...] tornar-se tanto expressão de ternura como desejo de eliminação.” (Freud, 2011/1921, p.61). A identificação como sendo uma expressão de laço afetivo desempenha um papel fundamental na estrutura edípica, tendo em vista que a identificação é a forma primordial de ligação afetiva a um objeto e é a partir dela, por exemplo, que esse objeto será tomado como aquilo que se gostaria de ser ou de ter.

Nessa estrutura, no primeiro momento a relação do menino com a mãe é de um investimento objetal e com o pai de identificação, tomando-o por modelo. No entanto, ele percebe que o pai é um obstáculo entre ele e a mãe, e sua identificação torna-se desejo de substituí-lo. Assim, ao perder o destino da identificação com o pai, pode haver uma inversão do complexo de Édipo, e o pai passa a ser tomado como objeto (Freud, 1921).

Portanto, é possível perceber que essa estrutura consiste em moldar o eu segundo aquele que foi tomado como modelo, que apresenta uma relação próxima à escolha objetal. Ou seja, “[...] a identificação se empenha em configurar o próprio eu à semelhança daquele tomado por modelo.” (Freud, 2011/1921, p.62). Esse processo identificatório, faz parte da constituição do eu, nos ajuda a compreender as relações estabelecidas entre os membros de um grupo na escola, uma vez que é através dos processos identificatórios e em torno de um significante mestre que se formam os grupos. Grupos esses que são nomeados de *panelinhas* nas escolas e podem ser dos nerds, dos bagunceiros, das patricinhas e dos que gostam de esportes, por exemplo, assim há uma identificação a um modo de gozar nesses grupos.

A respeito da relação entre o agressor e a vítima, podemos afirmar que ela se estabelece a partir de um exercício de poder pelo primeiro sobre o segundo, e pode ocorrer de diferentes maneiras. Uma delas é através da intimidação, em que o agressor ameaça a vítima na espera de que ela se submeta a ele e o reconheça como superior, mais forte e poderoso (Ramírez, 2016).

Outra maneira é por meio da indiferença como uma atitude segregadora do agressor, ou de um grupo, contra a vítima, que consiste na negação do reconhecimento da semelhança ou da humanidade dela.

Além do exercício de poder do agressor sobre a vítima, para que essa relação vigore é necessário que o sujeito renuncie a entrada na luta com o outro, que o leva a se colocar em uma posição de espera, pois a qualquer momento ele será assediado e incapaz de se defender, seja pela disparidade de forças ou porque não encontrou outra maneira de se revelar para o outro em sua humanidade que não seja na condição de humilhado (Gallo, 2016). A vítima se demite da

luta juntamente com o seu desejo, e passa a satisfazer o desejo do Outro. Ou seja, a vítima recebe e acredita no insulto.

Contudo, é válido destacar que nem todo confronto ou movimento em direção à dominação do parceiro no ambiente escolar deve ser descrito como *bullying* afinal, do ponto de vista imaginário a confrontação em si mesma não é mais que uma forma de fazer prevalecer no plano simbólico um desejo sobre o outro, desejo esse que implica correr um risco (Gallo, 2016). Portanto, é importante que o confronto seja atravessado pelo simbólico e haja a introdução de um terceiro, ou seja uma alteridade que irá ordenar as relações e viabilizar o laço social⁷, caso contrário o sujeito se agarra ao objeto e à destruição do outro (Pinho, 2011).

Diante do que foi posto sobre as relações em que o *bullying* acontece, é importante refletirmos sobre os discursos que atravessam a escola e se propõe a solucionar essa problemática, sendo eles o pedagógico, médico e jurídico para problematizar os seus possíveis efeitos.

A criança é na nossa cultura um sujeito a se educar, é o nome que é dado ao sujeito desde que ele é enviado para o ensino sob a forma de educação, ela é o sujeito entregue ao discurso do Mestre⁸, através do pedagogo. A etimologia da palavra “pedagogo”, nome dado ao escravo que conduzia as crianças, indica que o saber-mestre, sob o qual o mestre está escondido, é somente um saber que conduz as crianças, assim de alguma forma elas são escravas do escravo. Com isso, percebemos a criança como o sujeito a educar (Miller, 2012). Extraindo consequências dessa afirmação, percebemos que a cultura se volta para o sujeito criança tanto como objeto causa de desejo, como causa de gozo, em torno da criança fazemos laço.

Segundo Nubile (2013), a infância é entendida como um tempo de preparo, que significa correção através de mecanismos de disciplina, segregação e controle, e é com essa ideia que surge a escola, com o propósito de controlar a criança. Mas, o que a criança representa para que seja necessário controlá-la? Ela “[...] denuncia nosso universo pulsional, - aquilo que é singular ao sujeito -, e que a Educação é chamada a ser um dos agentes capazes de regular aquilo que habita de “selvagem” no humano” (Nubile, 2013).

⁷ O laço social, para a psicanálise, refere-se à relação entre seres humanos que é sustentada pelo discurso, e através dele assume as marcas de uma determinada cultura, particularizando-se por meio das modalidades de gozo de cada sujeito que o realiza. (Tizio, 2006).

⁸ No Discurso do Mestre temos: um agente, que podemos chamar de patrão ou senhor, S1, e agirá sobre S2, o escravo, fazendo-o trabalhar. Como produto temos o objeto *a*, que terá um valor *a* que o escravo renuncia para o gozo do senhor. Lacan identifica esse Discurso do Mestre ao próprio discurso do inconsciente, que é uma cadeia de significantes cuja existência só conhecemos através de suas formações, que falam sobre a verdade do sujeito. (Quinet, 2009)

Não só a educação foi chamada a essa regulação, mas também os outros saberes que a permeiam, como o saber médico. Esse saber influenciou a implementação de propostas pedagógicas direcionadas a moralizar e ordenar a relação entre adultos e crianças, fazendo com que novos determinantes fossem impostos e consequentemente a diferença entre normal e anormal se torne cada vez mais estreita (Nubile, 2013).

Dessa forma, segundo Nubile (2013), o que antes a sociedade suportava, hoje é considerado patologia, assim a solução antes dada para comportamentos desviantes, disciplina moral, é substituída pela medicalização. Esse controle do comportamento, deve-se principalmente ao fato do sintoma e da angústia serem intoleráveis para a sociedade da eficiência, assim a imposição da solução química frente a uma infância que foge dos padrões estabelecidos surge como uma forma de velar a angústia (Sarmiento, 2013).

Diante da ideia de controle, moralização e medicalização da criança vemos que o objetivo da educação se torna a produção de um sujeito “modelo” através da neutralização do que singulariza os sujeitos. O apagamento do que individualiza o sujeito, gera efeitos que interferem negativamente nas estratégias dos programas de Educação Inclusiva que preconizam que todos devem ter direito à Educação, independente de quaisquer características que as singularizem (Santiago, 2015).

Atualmente os discursos que comandam a época estão em torno justamente das relações cotidianas e dos danos no laço social. Um exemplo disso é o discurso médico, quando se trata da patologização da infância, mas também o discurso que faz parte do campo jurídico. Aos poucos esse campo foi se apropriando do espaço da escola, a partir de conflitos que começam entre colegas de sala, passaram a contar com a presença de um advogado para que seja resolvido. Assim, além de um discurso que classifica e patologiza a infância, as relações escolares também estão envoltas por um discurso de criminalização.

De acordo com Campelo (2016), existe uma tendência que caracteriza os dispositivos através dos quais a sociedade procura abordar o *bullying*, que é o desenvolvimento de políticas punitivas e de judicialização da infância. Muitos países aprovaram uma legislação *antibullying*, sendo a Suécia o primeiro país a aprovar a primeira lei em 1994.

No Brasil, a Lei 13.185 foi instituída no dia 6 de novembro de 2015 (BRASIL, 2016) objetiva combater eficientemente o *bullying* o reconhece com uma modalidade de violência. Essa lei define, caracteriza e classifica ações que podem ser identificadas como *bullying*. Além disso, especifica quais são os objetivos que devem ser alcançados com essa legislação, sendo dever dos estabelecimentos de ensino, clubes e agremiações recreativas garantir e assegurar as medidas para alcançar esses objetivos.

O primeiro ponto que deve ser destacado é a necessidade de que uma lei seja instituída para resolver problemas de convivência na escola, que diz respeito à falta de mecanismos que essa instituição apresenta para lidar com números crescentes das incidências de *bullying*.

Dessa forma, por falta de mecanismos a escola recorre ao poder judiciário para resolver um problema social e isso gera efeitos problemáticos. Como a autora Campelo (2016) ressalta, esse transpasse de um campo de saber ao outro, nesse caso do campo pedagógico ao jurídico, supõe uma analogia entre ambos assim, os problemas de convivência entre os alunos passam a ser vistos e tratados da mesma forma que um ato infracional. Isso pode ser percebido através da linguagem que passou a ser usada na escola, que provém do discurso jurídico como as palavras vítima, delinquente e agressor que vão se naturalizando e causando efeitos na subjetividade e no laço social, como a retroalimentação da violência, por exemplo, gerando medo e insegurança.

Com a naturalização dessa linguagem e dessa relação que equipara jovens com delinquentes, a infância passa a ser sonogada assim como a responsabilidade dos adultos de garantir proteção integral aos direitos da criança e do adolescente (CAMPELO, 2016), uma vez que o próprio jovem passa a ser punido pela lei caso tenha cometido algum ato que possa ser identificado como *bullying*. Com isso, vemos outra vez uma tentativa de encontrar soluções rápidas, pela via punitiva, para tratar o real que causa um mal-estar na escola.

Também é importante ressaltar que sendo a escola um dos primeiros espaços em que a criança começa a frequentar que permite o reconhecimento e o convívio com as diferenças do outro, e também o exercício da alteridade, a judicialização das relações escolares traz como consequência uma abertura cada vez menor para o exercício da alteridade, fazendo com que cada indivíduo se torne um potencial inimigo do outro, uma vez que o medo da punição e da inadequação às regras se torna um dispositivo que faz parte desse processo. Além disso, a judicialização faz com que os conflitos e a violência, que já faziam parte da escola e das relações, se potencializem e que haja um enfraquecimento do laço social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *bullying* ganhou visibilidade na contemporaneidade como uma forma de sofrimento que se apresenta principalmente nas escolas e tem colocado a trabalho o corpo docente, o discurso jurídico, médico e psicológico. No entanto, na tentativa de remediar esse mal-estar presente nas escolas que tem gerado violência, esses discursos criam um novo mal-estar, através da criação de regras, leis, multas, punições, diagnósticos e classificações.

Com isso, torna-se perceptível que o *bullying* tem sido enfrentado a partir de práticas que silenciam os alunos e tornam ainda mais difícil o exercício da alteridade. Dessa forma, estes estão cada vez mais impelidos a viver entre iguais, afinal através das formas de enfrentamento citadas há uma padronização dos comportamentos estreitando assim, o espaço para que as diferenças se inscrevam como também as possibilidades de fazer laço com o outro.

A identificação dos atores e elementos que fazem parte da dinâmica em que o *bullying* aparece, nos ajuda a compreender como se dá essa prática no ambiente escolar. No entanto, entendemos que para a psicanálise todos somos responsáveis, pois somos seres inseridos na linguagem, portanto, gozamos. Isso implica que, o sujeito não deve ser vitimizado ou censurado, pois pode haver um gozo próprio do qual o sujeito não quer se descolar.

Dessa forma, para pensarmos em uma desarticulação do *bullying* nas escolas, é importante que o sujeito seja descolado do lugar de vítima e de agressor, para que haja uma possibilidade de que ele se reconcilie com seus desejos singulares. Essa singularidade pode emergir a partir da criação de espaços de fala nas escolas, em que seja possível uma troca de saberes e que o sujeito, a partir da palavra, diga das suas próprias dificuldades e sintomas.

Frente a isso, consideramos indispensável que o psicólogo integre a comunidade escolar e esteja implicado no tratamento dessa questão, uma vez que, os profissionais da psicologia podem oferecer uma escuta especializada aos alunos que estão em sofrimento e a partir disso perceber a realidade que os envolve, e se na escola esses alunos são marcados pela violência e exclusão. O psicólogo pode contribuir, portanto, trazendo visibilidade para os efeitos do *bullying* na comunidade escolar e conseqüentemente nas famílias, além de intervir abrindo espaços de fala para fazer emergir o sujeito, e transformar o ambiente escolar em um espaço viável para a relação o diferente.

REFERÊNCIAS

CAMPELO, A. *Bullying*: criminalización y patologización de la infancia. In: GOLDENBERG, M. (Org.) *Bullying*, acordo y tiempos violentos: lecturas críticas desde el psicoanálisis de orientación lacaniana. Olivos: Grama Ediciones, 2016.

CAMPOS, B.; SOARES R. Quando o diferente toma a palavra. Revista CIEN digital, nº 22, novembro 2018. Disponível em: <http://ciendigital.com.br/index.php/2018/11/16/quando-o-diferente-toma-a-palavra/>. Acesso em: 18/04/2019.

COUTO, M. *Bullying* e deslocalização do gozo. Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais: Almanaque On-line, nº21, 2018. Disponível em: <http://almanaquepsicanalise.com.br/wp-content/uploads/2018/08/7-Margaret-Couto.pdf>. Acesso em: 24/04/2019.

FREUD, S. (1914). Introdução ao narcisismo. In: _____. Introdução ao Narcisismo, Ensaio de metapsicologia e outros textos (1914-1916). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1921). Psicologia das massas e análise do eu. In: _____. Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GALLO, H. Del *bullying* o matoneo: entre agresividad, violencia y confrontación. In: GOLDENBERG, M. (Org.) *Bullying*, acordo y tiempos violentos: lecturas críticas desde el psicoanálisis de orientación lacaniana. Olivos: Grama Ediciones, 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Coordenação de População e Indicadores Sociais. (2019). Pesquisa Nacional de Saúde Escolar.

Lei n. 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) (BRASIL, 2016).

MILLER, Jacques-Alain. A criança e o saber. Revista CIEN digital, nº11, janeiro 2012. Disponível em: <http://minascomlacan.com.br/wp-content/uploads/2015/02/CIEN-Digital-11.pdf>. Acesso em: 30/04/2019.

NUBILE, M. A infância sob controle e a Educação. CIEN Digital, novembro, 2013. Disponível em: <http://www.uaihost.com/ciendigital/n15/cinecien.html#footnote-1>. Acesso em: 07/01/2020.

PINHO, G. O sujeito do *bullying*. Associação Psicanalítica de Porto Alegre (org.). Autoridade e violência. Porto Alegre, APPOA, 2011.

QUINET, A. As 4+1 condições da análise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

RAMÍREZ, M. Agresividad y violencia en el acoso escolar. In: GOLDENBERG, M. (Org.) *Bullying*, acordo y tiempos violentos: lecturas críticas desde el psicoanálisis de orientación lacaniana. Olivos: Grama Ediciones, 2016.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. Dicionário de psicanálise. (V. Ribeiro, & L. Guimarães, Trads.) Rio de Janeiro: Zahar, 1998.



SANTIAGO, A. L. Educação de crianças e jovens na contemporaneidade. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2011.

SANTIAGO, A.; ASSIS, R. O que esse menino tem?: sobre alunos que não aprendem e a intervenção da psicanálise na escola. Belo Horizonte: Editora Sintoma, 2015.

SARMENTO, F. A criança no século XXI. Agente Digital, abril, 2013. Disponível em: <http://www.ebpbahia.com.br/agente/site/2016/07/14/a-crianca-no-seculo-xxi/>. Acesso em: 29/02/2020.

TIZIO, H. Novas modalidades do laço social. Revista aSEPHallus / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica. Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. vol. II, n. 4, (mai. a out. /2007). Rio de Janeiro: Ed. Sephora, 2005. Disponível em: http://www.isepol.com/asephallus/numero_04/artigo_03.htm. Acesso em: 29/02/2020.